

Economia solidária e democracia*

Quem construiu a Tebas de sete portas?
 Nos livros estão nomes de reis.
 Arrastaram eles os blocos de pedra?

Bertold Brecht

Mesmo admitindo que é pretensão discutir democracia em algumas breves páginas, a sua associação com a Economia Solidária é tão central que torna quase obrigatória essa discussão. Para elucidar certos temas, que vêm sempre associados à Economia Solidária, vale fazer um esforço de esclarecimento. Começando com uma das mais comuns associações, deve-se declarar que a economia solidária não é o cooperativismo. O cooperativismo é apenas uma das modalidades de organização do trabalho e dos trabalhadores na economia solidária, mas existem cooperativas que dificilmente caberiam na idéia da Economia Solidária. Esta é uma área de conhecimento em construção. Ela vem se consolidando apoiada em um conjunto de atividades econômicas, produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma da auto-gestão, isto é, da propriedade coletiva dos meios de produção e pela razão democrática de “uma cabeça, um voto” nas decisões das assembleias. Ou seja, a economia solidária é uma forma da economia que se desenvolve através de empreendimentos auto-gestionados, uma forma coletiva e participativa em que os próprios trabalhadores são produtores, proporcionando uma distribuição mais justa da renda e estimulando relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente. Mais simplesmente, a economia solidária é uma forma de denominar a existência de relações de trabalho não competitivas, qualitativamente diferentes das relações de subordinação que se estabelecem na empresa capitalista. As relações solidárias de trabalho partem de um princípio democrático e igualitário, e têm como fundamento as idéias socialistas de distribuição dos bens segundo o trabalho e a necessidade de cada um. Muitos empreendimentos de caráter associativo e autogestionário de homens e mulheres desempregados, sub-empregados, os que vivem e viveram sempre de ocupações informais e precárias, começam a se constituir com base em relações de solidariedade e de cooperação. Estas experiências reúnem, no mundo todo,

milhões de trabalhadores e constituem uma possibilidade concreta de organização alternativa do trabalho.

" A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas, denominados utópicos, da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc.) tenham dado contribuições decisivas para o seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores, em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução." ¹ A sua prática vem propiciando o surgimento de relações econômicas e sociais que permitem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores em todo o mundo.

Muito já foi dito sobre a globalização e suas consequências para o trabalho e o trabalhador. No Brasil, a flexibilização - palavra terrível que os trabalhadores vêm aprendendo a compreender em seu sentido mais dramático - das leis trabalhistas, e o gradativo desaparecimento do emprego, tal como nos era conhecido, toma a forma da precarização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores, duramente conquistados em séculos de luta. Alguns autores, como Robert Castel, acreditam que a globalização expõe com muita clareza a fragilidade dos elos sociais que mantém coesa uma sociedade dividida em classes. Ele vê, no fim da sociedade salarial, " um tecido social que se esgarça, uma força de trabalho disponível condenada à inutilidade, e perturbação crescente de todo os naufragos da sociedade salarial. "² Em um grande centro urbano, como São Paulo, esses efeitos têm enorme visibilidade: uma multidão de pessoas invade as ruas da cidade, em seus pontos mais freqüentados, sem emprego, e ganhando a vida como lhes for possível, sem nada que possa representar permanência ou durabilidade. Não apenas o Estado se omite na gravíssima questão do desaparecimento do emprego, como reconhece a informalidade e a precariedade como respostas " criativas" dos trabalhadores. Tivemos um ministro do trabalho que dizia que o Brasil não tinha problemas de trabalho e geração de renda. Segundo sua afirmação, é só a avenida marginal em São Paulo parar e imediatamente aparece um monte de pessoas vendendo água, chocolate, etc. Num sentido muito malévolos, essa afirmação está ligada à maneira como o estado vê o problema do trabalho: explora-se, também, a urgente necessidade

¹ Singer, Paul in Singer, Paul e Souza, André Ricardo, (orgs)- A Economia Solidária no Brasil, SP, Contexto, 2000, p.13

² Castel, Robert – As Metamorfose da Questão Social. Uma crônica do Salário – Vozes, Petrópolis, 1998, p.591

do trabalhador de obter a sua sobrevivência. Essa multidão de pessoas é nossa cidade. Aí estão as disputas de espaço que os ambulantes travam entre si e com a polícia. Daí o nome ambulantes, uma designação sugestiva para os novos personagens com os quais convivemos diariamente: os flanelinhas, os guardadores de carro, os desempregados com os seus saquinhos de balas e mensagens que nos aguardam nos semáforos e os pedintes e outros miseráveis. A escassez de emprego e de renda, que propicie uma vida minimamente decente, é também a responsável pelo espetáculo das favelas nas grandes cidades e de outras formas degradantes de viver e habitar. Mulheres e homens se vêm arrastados por um turbilhão de mudanças, sobre as quais não têm nenhum poder mas que afetam em profundidade sua inserção no mundo, e não apenas no mundo do trabalho.

Nenhuma novidade até aqui que não tenha sido dita e sabiamente comentada sobre as consequências de uma sobre-exploração capitalista. Mas, como em todas as formulações teórico-práticas, não há um lugar para que a vida concreta das pessoas possa ser considerada. No entanto, porque é vida, ela tem o poder de insinuar-se, mesmo nas mais abstratas formulações. Enquanto a sociedade passa pôr transformações tão assustadoras, as pessoas sofrem-nas. Se há uma necessidade imperiosa de analisar a situação com os instrumentos que a ciência desenvolveu, há o império do sofrimento das pessoas individuais, que embora envolvidas no movimento da mudança social comum, sentem o que lhes acontece como um peso individual e um destino particular. Tomar em conta esse sofrimento é parte da tarefa que poderia caber à universidade, e que seria capaz de engrandecer as respostas que viriam como fruto da reflexão teórica.

Este texto traz um pouco da procura por respostas que não minimizem o sofrimento. Uma procura ativa, aberta às críticas teóricas mas que não se furte à dor concreta dos sujeitos sociais: um pequeno ensaio de aproximação da Universidade à questão social.

O ponto a partir do qual escrevo é a experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da USP. Trata-se de um projeto universitário de pesquisa, formação e extensão. A ITCP é uma experiência multidisciplinar. Somos ao todo quinze ou dezenas universidades que compõem uma Rede Universitária de incubadoras de cooperativas populares, espalhada pelo país. Os encontros da Rede são muito interessantes pela diversidade de abordagens e de formação de seus componentes, que incluem alunos e professores que trabalham com agricultura e agronomia, serviço social, educadores, engenheiros, arquitetos,

psicólogos, sociólogos, professores de filosofia, economistas. Esse espectro multidisciplinar é fundamental para a Economia Solidária.

Todas as ITCPs nasceram de um mesmo movimento que uniu professores, alunos e funcionários das universidades em torno das questões geradas pelo desemprego em massa. No caso da USP, vivemos a experiência dramática da vizinhança com uma extensa favela, São Remo. Ela foi um dos primeiros lugares em que fomos trabalhar, aprender, estudar, discutir, pesquisar. Qual a diferença entre essas e outras experiências de pesquisa? A mais importante, segundo penso, é que não nos sentíamos afastados do objeto de nossa pesquisa, porque éramos obrigados, a cada passo, a reconhecer que não sabíamos quase nada sobre a vida daquelas pessoas. Mas como, a todo momento, demonstravam sobejamente a sua humanidade, recusavam-se a ser "objetos", víamos com muita clareza o que havia sido formulado por outros, como parte de um método: "não há senão homens e relações reais entre os homens".³ Reconhecer que disso se tratava e que todos éramos sujeitos de um trabalho, compartilhando o aprendizado e as descobertas, foi decisivo para a consolidação de um projeto que desde então saiu do papel, com erros e com acertos, mas exuberante de vida.

Depois, nossas atividades se espalharam pela cidade e pelo Estado de São Paulo. Problemas surgiam, eram enfrentados e superados, ou não. O que significa adotar um grupo popular ou ser adotado por ele? O que eles necessitam é uma ação urgente, não uma decisão aleatória que parte do desejo dos universitários: eles precisam trabalhar. Nossa proposta não é mágica e nem tem a ilusão de sucesso garantido. Propomos que se organizem, que saiam da solidão e se unam. Que se organizem solidariamente, participativamente, de modo que encontrem uma forma de gerar renda, não para alguns deles, mas para todos. Essa é a essência da incubação.

É um longo processo. Temos que descobrir juntos o que sabem fazer, e o que gostariam de fazer, porque pensamos que o sonho dos trabalhadores deve ter um lugar na Economia Solidária. Discutimos o cooperativismo, ajudamos a criar e formalizar cooperativas e outras modalidades de associação que possam devolver-lhes confiança em suas iniciativas e na capacidade de realiza-las. Ajudamos a sustentar um sopro de esperança. Mas não só.

É preciso reconhecer, nesse processo, uma mudança de mentalidade, uma modificação cultural. Como podemos compartilhar a descoberta da autonomia? Como essa tímida

³ Sartre, Jean-Paul- Questão de Método, S.P. Abril Cultural, col. Os Pensadores, 1978, p.145

descoberta pode abrir as portas para vencer o lugar secularmente submisso que é a herança do trabalhador brasileiro? Como podemos dar apoio ao primeiro passo no caminho da autogestão? Como permitir que surjam trabalhadores que não temam a independência e a responsabilidade que ela acarreta? A instabilidade que ronda a vida dos trabalhadores diz que é confortável ter um emprego, receber o salário no fim do mês e não ter responsabilidade que vá além disso. É muito mais confortável não ter que se sentir, como no caso das cooperativas e das empresas autogestionárias, responsável também com o que pode acontecer com os companheiros.

Não é fácil para os trabalhadores, nascidos e criados em uma sociedade cujo autoritarismo se estende a todas as instâncias da vida social, submetidos durante séculos aos desmandos da elite dirigente, começar, de repente, a decidir o que fazer. Esse processo de transformação de um trabalhador submisso ou submetido em um trabalhador autônomo demanda tempo e a contínua prática da democracia.

Por que democracia? Porque nesse processo descobrimos a única forma de garantir que os trabalhadores têm, a para consolidação íntima e duradoura desse movimento pela autonomia é a democracia. E o que significa democracia? Não significa apenas a igualdade, de poder uma ou duas vezes por ano escolher o governante. Também é isso, mas não só. Viver a democracia é algo diferente. Viver a democracia é vivê-la diariamente, no cotidiano, nas relações com o seu próximo, com a sua família, com os companheiros de trabalho. Isto é difícil.

O que aprendemos andando pela cidade e trabalhando com mais de três, quatro, cinco mil pessoas é que a vida social, numa cidade grande como São Paulo, transforma os homens e mulheres em átomos sociais. Num bairro como a São Remo, que é uma favela razoavelmente grande, as pessoas que vivem lado a lado, em moradias que mal se distinguem entre si, têm dificuldade em encontrar algo em comum. As igrejas ocupam o lugar da sociabilidade cidadã, ajudando, algumas vezes, a aprofundar a alienação. Os moradores dos bairros populares, densamente habitados e tomados por atividades de marginais, não mantém relações próximas de vizinhança. Eles defendem-se do vizinho, que é um estranho e pode ser perigoso. As condições de extraordinária fragilidade sobre as quais se assentam a integridade física e psicológica dos habitantes, justificam a desconfiança e legitimam a competição. Vivemos

numa sociedade impiedosa que determina que eu olhe o meu vizinho como um inimigo, e não alguém com quem se possa trabalhar e cooperar.

Descobrimos também, vivendo aquela realidade, como acontece, na prática, o mecanismo que conhecíamos na literatura, ou seja, que o capitalismo tem uma enorme capacidade de desenraizar as pessoas, negando-lhes a história e abandonando-as ao Deus-dará de forças incompreensíveis.⁴ Mas não apenas os pobres, gostaria de enfatizar isso. Todos nós padecemos deste isolamento que o caráter competitivo da sociedade acaba por nos fazer assumir como uma coisa natural, de tal maneira que ele é incorporado à nossa socialização. Diante das manifestações de alienação e reificação que presenciamos somos forçados a reconhecer em nós os mesmos sintomas do mal que nos corrói a todos.

Quando os trabalhadores se organizam para trabalhar e gerir em comum o seu trabalho, cooperativamente, a primeira lição que todos aprendemos é que não existem mandantes e que os trabalhadores não são movidos a poder das ordens. As cooperativas autogestionárias desenvolvem em seu interior espaços de democracia porque a assembléia, órgão máximo de administração autogestionária e lugar das discussões e decisões, é espaço de igualdade e autonomia. Na liberdade para tomar a palavra e apresentar as suas opiniões e idéias, diante de todos, encontramos, aproximadamente, o que Hannah Arendt⁵ denomina espaço para o aparecimento, para mostrar, diante de meus iguais, quem eu sou. Este esforço para apresentar a singularidade se dá juntamente com igual esforço de todos os outros na busca pelo bem comum. Aqui estão situados os fundamentos da democracia.

O projeto da incubadora é um projeto interdisciplinar realizado pelos alunos da Universidade de São Paulo das mais variadas áreas. Nós trabalhamos com a população e não por ela ou para ela, o que é uma distinção não apenas semântica. O projeto não é caritativo. Pelo contrário, o projeto desses jovens e da ITCP tem vocação política. Todos eles e todos nós, incluo-me nisto, acreditamos ainda na possibilidade da utopia e na possibilidade da existência de pequenos enclaves socialistas na sociedade capitalista. Para isso trabalhamos. Vamos ao Campo Limpo, Jardim Ângela, Pirituba, onde quer que nos chamem. Trabalhamos

⁴ "O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar do nascimento, da profissão, do ambiente." Weil, Simone – A Condição Operária e outros estudos sobre a opressão – RJ, Paz e Terra, 1979, p.5

⁵ Arendt, Hannah – A Condição Humana, SP, Edusp, 1981

com eles segundo as possibilidades que têm de criar algum projeto de obtenção de renda e no sentido de um projeto autogestionário, um projeto que parta do trabalhador para o trabalhador. Participamos da criação de uma cooperativa na Praia Grande, porque a municipalidade queria retirar as famílias que viviam no lixão. Viviam no lixão e do lixão. Sei que isso parece pouco, comparado aos argumentos consistentes da crítica acadêmica que nos acusa de reforçarmos a conformidade dos trabalhadores às condições de exploração extrema do capitalismo. Não estaríamos lutando por mudanças estruturais, sem o que tudo é inócuo. Mas nós, na ITCP, dizemos que não. Dizemos que existem lutas e lutas e que elas não podem ser medidas apenas pela sua grandiosidade. Se conseguimos retirar adultos e jovens que moravam em minguados barracos dentro do lixão, para leva-los a gerir uma central de triagem de lixo, parece muito bom. Temos orgulho de participar dessa metamorfose. São as mesmas pessoas mas já são pessoas diferentes. A experiência de trabalhar com gente que não conseguia, não podia ou não queria articular nenhuma idéia e que, alguns meses depois estava na prefeitura, batendo na porta do prefeito e exigindo a instalação da coleta seletiva, ensinou muito. Aos catadores, um pouco, porque foram recursos internos deles que se mobilizaram. Mas a ITCP aprendeu. Aprendeu que a USP pode ser um sonho, fechada dentro de seus muros. Um aluno da USP pode muito bem sair daqui sem jamais acreditar a sério que existe de verdade alguém, tão humano quanto ele, que mora no lixo e vive dele. Estes projetos nos dão ensinamentos que não recebemos na universidade. Aprendemos, em troca constante com as pessoas com as quais fomos trabalhar, ensinamentos preciosos. Os jovens estudantes que passam pela incubadora, quando saírem, não serão os mesmos, qualquer que seja a área de formação, arquitetura, sociologia, educação, serviço social, fonoaudiologia. Acreditamos que serão profissionais diferentes e não indiferentes. Que terão um olhar comprometido e não desdenhoso ou arrogante, como a elite brasileira revela. O que eles já sabem é que ser elite tem peso, acarreta responsabilidade. Ser elite não é ganhar dinheiro e explorar o outro. ser elite é outra coisa, é estar com, é estar junto, tentar encontrar ao lado dos sofridos trabalhadores respostas para os problemas de todos. Aprendemos democracia nas relações quotidianas, no respeito à palavra do outro, às suas opiniões, à diversidade. Aprendemos democracia quando debatemos, dialogamos e acatamos decisões contrárias às nossas. Aprendemos, sobretudo, que a essência da democracia consiste na diversidade e não na homogeneidade e que ela só pode se fortificar quando dá abrigo e alimento à singularidade. Observar esse processo em movimento dentro

dos grupos e dentro das pessoas é muito bom. Achamos que esta é uma construção para o futuro. Quando, apesar da enorme diferença que deveria nos separar, encontramos lugar para a amizade, jovens e adultos, pobres e ricos, sentimos que foi dado um pequeno passo na direção da desalienação e da possibilidade da criação de relações humanizadas. Isso não é pouco.

*Mello, S. L. de. (2005). Economia solidária e democracia. In *Gestão da comunicação: no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo*. São Paulo: Atlas.